

O espaço social da e para a infância: as crianças pequenas e a escola de educação infantil

Lisandra Ogg Gomes*

Resumo

Com este texto pretende-se compreender três questões que estão interligadas: a institucionalização da infância, a escola de educação infantil como um espaço da e para a infância e os procedimentos adotados nas pesquisas sociológicas com as crianças que participam dessa instituição. Mais precisamente, este artigo tem como objetivo mostrar que os estudos sociais sobre a infância, elaborados em um espaço institucional organizado para as crianças, permitem relevar as experiências desses indivíduos, as relações que estabelecem com seus pares e com os adultos, e a configuração da infância na sociedade contemporânea. Trata-se de uma perspectiva que não está centrada no aluno ou na instituição, mas nas interações, relações e ações produzidas pelas crianças, bem como na atuação e na participação delas na sociedade.

Palavras-chave: Infância. Crianças. Escola de educação infantil. Pesquisa sociológica.

*Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestre e especialista em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Economia pela Universidade Federal do Paraná.

Com este estudo tenho como objetivo compreender a importância das pesquisas sociológicas realizadas com as crianças pequenas no espaço da escola de educação infantil. Na primeira parte, a principal questão de que trato se refere ao entendimento acerca das crianças quando o foco das pesquisas é a família e a escola. Nesse caso, considero que as pesquisas centradas nas instituições tratam as crianças como atores secundários, pois atribuem importância para a posição do indivíduo nessa instância, como, por exemplo, de aluno/aluna e filho/filha. Em seguida, argumento sobre o fato de a escola de educação infantil ter sido construída como um espaço de socialização das crianças que, no entanto, também se constituiu como sendo um espaço delas. Apresento a ideia segundo a qual a educação infantil não se constitui apenas como um lugar de educação e cuidado; muito mais do que isso, é também um espaço de sociabilidades. Finalizo a reflexão avaliando a importância tanto da prática etnográfica na pesquisa sociológica com crianças quanto das análises comparativas e reflexivas para um melhor entendimento a respeito desses indivíduos e dessa geração.

Diferentes perspectivas acerca das crianças no campo sociológico

Os estudos sociais sobre a infância abrangem diversos problemas a partir de diferentes campos do conhecimento. De certa forma, o campo da sociologia em geral – e, de modo mais específico, da sociologia da educação – prioriza as pesquisas que tratam da socialização das crianças, em especial a partir das instâncias escolar e familiar. Nessa circunstância, as crianças ainda são consideradas pelo que lhes falta, pelas necessidades que têm e/ou por aquilo de que precisam. É em razão disso que elas devem ser educadas e orientadas. Nesse caso, não é a criança o principal objeto das pesquisas sociológicas, mas as instituições que têm como objetivo a socialização delas.

Como há uma relação muito próxima entre crianças, adultos e instituições é importante que os estudos sociais definam de modo claro o que está sendo pesquisado. Por exemplo, a pesquisa com crianças na escola de educação infantil envolve o risco de priorizar questões que se relacionam à instituição, pois esse espaço abarca os

anseios, as ações e as tomadas de decisões de pais e professoras a respeito das crianças. Em outras palavras, “como podemos ignorar a perspectiva dos familiares que desejam atender as normas de realização do sucesso acadêmico (ou a realização deste capital cultural como atestou Bourdieu), em vez de discutir a educação holística?”. (VANDENBROECK, 2009, p. 17).

Esses são alguns dos problemas inerentes aos estudos sociais com as crianças. Ocorre que, quando em um estudo sociológico a unidade de observação não são as crianças, mas as instâncias socializadoras ou outro objeto, constrói-se uma outra perspectiva acerca desses indivíduos. Essa perspectiva não permite uma compreensão a respeito das atuações e ações das crianças, ao contrário disso, permite uma compreensão a respeito da dinâmica das instituições. Por isso é possível afirmar que as crianças e a infância são elementos secundários quando a unidade de observação é uma instituição.

Essa tem sido a principal crítica dos sociólogos que tratam da infância no campo da sociologia¹, isto é, a de considerar a infância a partir das instâncias socializadoras e considerá-la “como um simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições” (SIROTA, 2001, p. 09). Além disso, o predomínio de pesquisas circunscritas às instâncias encarregadas da socialização causou a marginalização e o apagamento da infância (SIROTA, 2001).

É importante esclarecer, no entanto, que na atualidade a socialização não é um conceito unidirecional, mas interacional. Ainda assim, enquanto tradição intelectual, a socialização durkheimiana oferece contribuições importantes para compreender a sociedade contemporânea (WALLACE; WOLF, 2008). Entender, por exemplo, que cada sociedade “possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. É uma ilusão acreditar que podemos educar nossos filhos como queremos” (DURKHEIM, 1955, p. 28). Esse sistema, o qual compreende formas de socialização, é construído a partir das relações e interações sociais.

O fato de o conceito de socialização ser muito bem formulado garantiu seu desenvolvimento e a sua análise em minúcia. Para Georg Simmel (2003), não é possível falar em socialização, mas em socializações, visto que a vida cotidiana é composta por recíprocas ações ocorridas entre os indivíduos. As socializações abrangem todas as pessoas e revelam que a sociedade é constituída por incontáveis processos sociais que as conectam. Portanto, são processos de socialização, os quais não se relacionam apenas às gerações mais novas, e, também, abrangem as práticas culturais de uma sociedade.

As relações sociais envolvem tensões e contradições, pois há um movimento simultâneo entre os atores sociais – pessoas que são singulares e têm ações independentes – e o sistema social – que integra indivíduos e interfere nas relações deles (DUBET; MARTUCCELLI, 1997; BARALDI, 1997, 2001). Esses dois princípios fornecem subsídios para novas (re)formulações teóricas a respeito das crianças e da infância. Se é verdade que os processos de socialização são diretivos e integrativos, eles também são multidimensionais e interativos. Essa abrangência está relacionada ao fato de que crianças, jovens, adultos e velhos são atores sociais e tanto constroem suas experiências nas instâncias socializadoras como são por elas formados. Enquanto indivíduos atuantes nos seus espaços e tempos, de maneiras diversas, todos relacionam-se, interagem e contribuem para o amplo processo da produção, reprodução, adequação e transformação social. Trata-se de entender a socialização,

¹A principal crítica da sociologia da infância dirige-se à perspectiva estrutural-funcionalista.

como uma área de investigação que explora as relações indissociáveis entre indivíduo e sociedade. Em sua dimensão produtora, difusora e reprodutora, a socialização pode enfocar as instituições como matrizes de cultura, enfatizar as estratégias de transmissão e, portanto, de transformação dos valores dos grupos sociais, além de explorar o processo de incorporação realizado pelos indivíduos ao longo de suas experiências de vida. Isto é, ela deixa de ser apenas uma noção de integração explicitamente vinculada a uma tradição sociológica para ser vista de modo mais abrangente, como um processo construído coletiva e individualmente e capaz de dar conta das diferentes maneiras de ser e estar no mundo. (SETTON, 2011, p. 715 – grifos da autora).

A relevância dada aos atores sociais abriu a caixa preta da sala de aula, pois se passou a observar os indivíduos e suas experiências. O que ocorreu foi a mudança de uma perspectiva que considerava uma posição vertical – a relação professor/aluno, por exemplo – para uma posição horizontal que considera as relações entre indivíduos – entre as crianças e entre elas e as demais pessoas em um determinado tempo e espaço (SIROTA, 2010). A mudança de perspectiva acerca de uma questão não é algo habitual e muito menos simples; ela acontece em decorrência das teias de interações e das relações ocorridas entre as pessoas. As teias e as relações sociais produzem determinadas configurações a partir da estrutura complexa construída e constituída por todos que participam da sociedade (ELIAS, 1994a; 1994b).

Em seu livro, *O processo civilizador*, Norbert Elias (1994b) analisa como práticas, ideias e sentidos, que parecem óbvios na atualidade, constituíram-se a partir de mudanças na estrutura das relações humanas. É possível considerar que a construção da escola de educação infantil é a expressão dessas mudanças e que a posição e a função das crianças adquiriram outro sentido e valor a partir de uma outra configuração social. Essa nova configuração produziu a instituição de educação infantil como uma estrutura voltada para a infância.

O estudo feito por Jens Qvortrup (2001, 2009) corrobora o argumento de que a escola se tornou o ofício das crianças no momento em que elas foram retiradas da vida pública e a sociedade passou a investir na educação delas para o futuro. As posições de aluno/aluna e também de filho/filha suscitaram pesquisas acerca da infância e abriram o caminho para a realização de pesquisa com crianças². Além desse fenômeno social da institucionalização, outros fenômenos – por exemplo, a individualização e o aumento das funções sociais com a entrada das mulheres no mercado de trabalho – e as relações específicas entre os indivíduos atuaram na construção social da infância e na atual posição das crianças na estrutura social.

O que se quer afirmar com essa análise é que a socialização é um processo interacional e que escola de educação infantil tornou-se muito mais do que um espaço de educação e cuidado, uma vez que atualmente ela representa um espaço das crianças onde elas se socializam e sociabilizam. Deste modo, parte dos estudos sociológicos da infância têm se concentrado sobre as ações, interações e falas das crianças. Esses estudos procuram revelar a criança na sua positividade, como ser ativo, situado no tempo e no espaço, nem cópia nem o oposto do adulto, mas um indivíduo participante, ator e autor na sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo (BORBA, 2005) – assunto que será tratado na sequência.

² As pesquisas com as crianças não são novidades no campo das Ciências Humanas, por exemplo, a antropologia e a sociologia tratam de temas como o abuso sexual infantil, a violência ou o tráfico de drogas. Porém, nesses casos, o que predomina é a crítica e é necessário torná-la propositiva para construir uma nova epistemologia sobre a infância (FRIEDMANN, 2011).

O espaço das crianças: a escola de educação infantil

A pesquisa com os grupos infantis pode ser realizada em diferentes lugares e de formas variadas. Para relembrar a mais tradicional delas, Florestan Fernandes (2004) estudou os grupos infantis de alguns bairros da cidade de São Paulo na década de 1940. Já na atualidade, a infância e as relações que as crianças estabelecem em seus espaços sociais continuam a motivar investigações a partir de uma posição tanto antropológica como sociológica³. Considerando esse desenvolvimento dos estudos sociais centrados na infância e nas crianças, o Grupo de Pesquisa e Estudos da Sociologia da Infância e da Educação Infantil tem procurado conhecer a produção sobre a infância realizada no Brasil pelos grupos de pesquisa que tratam dessa categoria a partir do campo da sociologia da infância (NASCIMENTO, 2010). Os primeiros resultados desse estudo indicam a existência de uma interface entre a sociologia da infância e a escola de educação infantil e, nas pesquisas desenvolvidas pelos grupos no Brasil, os conceitos mais destacados são o cotidiano das crianças pequenas, a agência das crianças e os métodos etnográficos como instrumento útil para analisar a infância (NASCIMENTO; KLEIN, 2012).

É importante ressaltar que muitas das pesquisas do campo da sociologia e da sociologia da educação acerca das crianças concentram-se no espaço da instituição escolar. Isso não é um problema e tampouco um impedimento para os objetivos desses estudos, pois o que importa nesse caso é conhecer e compreender como esses atores sociais manifestam-se em diferentes situações da vida cotidiana. Mesmo assim, adentrar no mundo da infância não é algo simples e exige um conjunto de orientações metodológicas coerentes com a visão de que as crianças são atuantes (BORBA, 2005). Tal empreendimento demanda um outro sentido às crenças, aos conhecimentos, às práticas e aos valores que os adultos têm acerca das crianças e da infância. Para o campo da sociologia, esse é o esforço crucial para compreender um complexo de significados, interpretações e modelos de crenças rivais e por vezes conflitantes (O'BRIEN, 2000). Trata-se do exercício consciente de refletir constantemente "sobre" o mundo social com o propósito de enfrentar os desafios de novas circunstâncias e as condições "no" mundo social. (O'BRIEN, 2000).

A investigação no espaço da escola de educação infantil não precisa estar fundamentada na relação professor e aluno. De todo modo, investigar a criança como um ser do seu tempo e que tem necessidades e atividades que lhe são próprias – em razão da sua geração – auxilia no reconhecimento das demandas desses indivíduos e contribui para a efetivação de uma educação infantil de qualidade (LUZ, 2008).

A mudança de olhar a respeito das crianças é uma transformação teórico-metodológica, pois se em momentos passados foi importante compreender como ocorria a transmissão vertical – professor/alunos –, agora também interessa saber como ocorre a transmissão horizontal entre os indivíduos (SIROTA, 2007). Portanto, é necessário conhecer e entender como as crianças são atores sociais, quais são as formas culturais produzidas por elas e como são as sociabilidades infantis, pois é a partir desses entendimentos e dessas apreciações que serão reinterpretados os modos de transmissão cultural (SIROTA, 2007).

É importante saber, no entanto, que a escola de educação infantil tem regras e objetivos e que, em razão disso, os princípios dessa instância de algum modo interferem nas práticas e falas dos indivíduos que dali participam. A principal questão a ser considerada é que a escola de educação infantil não é apenas um espaço de socialização, mas é também um espaço de sociabilidades que permite às crianças interações e relações variadas e compartilhadas a partir de valores e objetivos comuns. É possível

³ Para citar dois estudos para além da escola, Fernanda Müller desenvolveu uma pesquisa acerca do entendimento das crianças sobre a cidade que habitam (2007) e Camila Codonho (2007) pesquisou a transmissão de conhecimento horizontal entre crianças de uma tribo indígena.

afirmar que na escola de educação infantil as crianças entram em contato com os amplos processos sociais – próprios de um sistema educativo – e também com aqueles mais simples ocorridos com seus pares e entre elas e os demais indivíduos. Na escola há outras crianças, outros adultos, tempos e espaços, objetos e materiais e outras relações sociais (FERREIRA, 2004). “Nesta medida, a ordem institucional é uma arena em que ambos os actores tomam decisões permanentemente, se confrontam, e em que as regras formais e informais canalizam e regularizam, em simultâneo, as estratégias de poder dos diferentes participantes” (FERREIRA, 2004, p. 100). A escola de educação infantil torna-se um importante espaço por conter interações, tensões e conflitos sociais produzidos pelas crianças e gerados a partir de práticas culturais mais evidentes na infância como, por exemplo, as brincadeiras.

Essa variabilidade configura a escola de educação infantil como um “espaço construído” e ao mesmo tempo um “espaço constituído”. Enquanto “espaço construído”, essa instituição tem uma longa trajetória de embates e conquistas que envolveram e continuam a envolver movimentos sociais, militantes e intelectuais⁴. Hoje, a educação infantil já conquistou uma identidade e tem sua função social, isto é, tem como objetivo complementar a educação familiar, promover relações educativas e ser um espaço de convívio coletivo para as crianças de zero a seis anos – ou até o momento em que ingressarem na escola⁵ (ROCHA, 2001). Porém, não se pode esquecer que essa instituição é um complexo específico estruturado a partir de um conjunto de sentidos sociais objetivados e organizados segundo a coexistência de dois princípios. No primeiro, a instituição preexiste aos indivíduos, é exterior a eles e configura-se como um patrimônio de experiências. Os indivíduos atuam como consumidores. No segundo princípio, a instituição é uma construção dos indivíduos e é mantida por eles de tal modo que eles exercem a ação de produtores. De qualquer forma, a instituição controla, difunde e seleciona práticas e ideias, proporcionando procedimentos pelos quais impõe aos indivíduos determinados caminhos como se esses fossem os únicos possíveis (BERGER; LUCKMANN, 2004; BERGER, 1986; LAHIRE, 2006).

Por sua vez, a escola é um “espaço constituído” em razão das ações e das interações que as crianças estabelecem com seus pares e os demais indivíduos. A forma de atuação de cada pessoa nesse espaço indica sua posição nesse contexto social e diferentes aspectos subjetivos e objetivos interferem na constituição dos grupos que participam dessa instituição. Segundo Antonio Cândido (1969), a escola pode estabelecer antecipadamente suas regras e diretrizes, mas não pode prever as dinâmicas que nascem no próprio grupo. As ações e as interações ocorridas entre as crianças modificam aspectos próprios do cotidiano escolar e isso pode ocorrer sem haver um embate direto com os adultos que estabelecem as regras institucionais. Muitas vezes as crianças modificam aspectos dessas regras estabelecidas de forma indireta. Esse modo de atuação é uma forma engenhosa utilizada pelas crianças para evitar embates constantes, pois essa é uma disputa de relações de forças desiguais. Ademais, conforme afirma Manuela Ferreira (2004), a capacidade das crianças agirem e terem intenções no decurso das suas atividades não ocorre necessariamente a partir de objetivos pré-definidos. Há um sentido nas ações das crianças porque elas têm uma consciência prática que se manifesta sobre aquilo que conhecem e sobre o modo como aplicam esse conhecimento. Nessa relação existe tanto o caráter subjetivo como as reflexões interativas da e na ação que é compartilhada com outros, ocorrendo interações mais ou menos consensuais ou conflitantes (FERREIRA, 2004).

Na escola de educação infantil, as socializações e as sociabilidades são processos interligados, porém diferentes. Enquanto as socializações agregam uma perspectiva relacional entre o indivíduo e a sociedade, as sociabilidades oferecem condições para

⁴ É de conhecimento público que as crianças pequenas têm direito à educação e que a educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. A respeito da história da infância e da educação infantil no Brasil, cf. Moysés Kuhlmann Jr. (1998, 2000).

⁵ É indicada a idade de seis anos, pois o artigo dessa autora tem data anterior à Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, do Ministério da Educação, que instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração (BRASIL, 2006).

que os indivíduos compartilhem, de um modo lúdico⁵ e prazeroso, ideias, valores e princípios das suas redes sociais. No entendimento de Eric Plaisance (2004), a socialização não se confunde com a sociabilidade, pois aquela é, antes de tudo, inclusão na sociedade que constitui os seres humanos como seres sociais. Por sua vez, as sociabilidades permitem uma cadeia de interpretações, interdependências e reformulações, pois, através das interações, as crianças unem-se e asseguram os seus próprios interesses e os do grupo de que participam. Trata-se de reconhecer que, embora diferentes, as socializações e as sociabilidades dão inteligibilidade ao cotidiano e atuam na estruturação dos grupos e nas identidades dos indivíduos (SIMMEL, 2003). Nesse caso, as crianças, a infância, a escola de educação infantil e a sociedade entrelaçam-se e conectam-se mutuamente. Esse é um dos aspectos que torna a pesquisa com as crianças e a infância uma questão complexa – assunto esse que será tratado a seguir.

A complexidade da pesquisa com as crianças

A complexidade das pesquisas com as crianças provém da naturalização e do pouco conhecimento das práticas sociais delas. As crianças não deixam compreensíveis os traços de suas emoções e de seus pensamentos; suas ações e o uso que fazem dos objetos não são entendidos pelos adultos ou são considerados por eles como inúteis e insensatos (BECCHI, 1997). Como se percebe, há uma dificuldade de comunicação entre o mundo dos adultos e das crianças (BASTIDE, 2004).

Existem muitas formas de reunir informações sobre a vida das crianças e sobre a infância (QVORTRUP, 2005). Mesmo assim, a escola de educação infantil tornou-se um espaço singular para a pesquisa com esses indivíduos, pois é uma produção da sociedade, é um dos principais espaços públicos que reúnem as crianças⁷ e é uma característica da infância. Para Anthony Giddens (2002), é de certo modo um espaço segregado porque se distingue do mundo adulto. Isso implica reconhecê-la como um espaço de proteção, que tem uma dinâmica específica de relações e interações a serem desvendadas. No entanto, ao ser entendida como um espaço de socializações, também é alterada a maneira de considerar os indivíduos e o modo como eles articulam suas experiências. Portanto, é importante considerar os indivíduos atores sociais, pois atuam nos espaços em que participam a partir das interações e relações que estabelecem e conforme as posições e funções que ocupam.

Nesse sentido, a etnografia então se revela um método viável e útil para entender as manifestações infantis, pois é uma prática que permite estabelecer relações, selecionar informantes, levantar genealogias, mapear campos e manter um diário (GEERTZ, 2008). Essas estratégias da prática etnográfica são benéficas, pois permitem observar e registrar com mais critérios os detalhes, uma vez que no campo há

uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas [...]. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p. 07).

Na instituição de educação infantil participam diferentes pessoas, as quais têm posições e funções diversas, como, por exemplo, as professoras, os pais, a diretora, os funcionários da administração e de serviços gerais. Já a presença do pesquisador não é comum e pode causar insegurança, desconfiança e rejeição na medida em que essas

⁶ Segundo Georg Simmel (2003), a sociabilidade configura a sociedade e pode ser entendida como uma forma lúdica de socialização que se dá entre iguais.

⁷ A pesquisa com as crianças poderia ainda ser realizada em outros espaços como, por exemplo, clubes, agremiações recreativas, organizações não-governamentais, praças, instituições religiosas ou com grupos de rua.

peessoas consideram-no como um avaliador (CARVALHO, 2003). A posição de um pesquisador não é simples, uma vez que é alguém externo que não se enquadra nos papéis típicos da instituição – como de professora, funcionário da escola, mãe ou pai. Isso significa que o pesquisador, por mais que esteja inserido no campo de pesquisa, não é nativo e muito menos estrangeiro. Sua posição resulta de seus objetivos, os quais devem ser previamente definidos, pois se ele observa, é também observado e sobre ele sempre irá pairar a desconfiança em relação às suas intenções e sempre haverá a curiosidade sobre suas percepções e análises. Além disso, o pesquisador precisa ter clareza de que sua presença causa interferências, pois, como lembra Pierre Bourdieu (1997), mesmo a escolha pela não intervenção já estaria de antemão orientada por esquemas interpretativos.

Por esse fato, se o pesquisador precisa ter um itinerário de pesquisa, ele também deve ser um itinerante para poder deslocar-se conforme os acontecimentos e as interações estabelecidas entre as crianças e para tentar então apreender os significados (re)produzidos por elas. Em vista disso, o extenso período vivido ao lado e junto das crianças tem como propósito e ponto positivo observar as representações, as práticas e as falas delas e registrar, de maneira acurada, as experiências infantis e as relações que ocorrem entre elas e entre elas e os adultos. Uma particularidade dessa observação é a participação nas atividades, nas brincadeiras e nas conversas das crianças. Certamente essa participação apenas ocorrerá após um período de adaptação, aceitação, confiança e segurança dos participantes em relação ao pesquisador. Porém, é preciso ter claro que estar com o grupo de crianças não corresponde ser parte dele, porque na base da pesquisa etnográfica estão relações e posições que diferenciam as crianças dos adultos (FERREIRA, 2004).

A diversidade de informações coletadas no campo possibilita a construção de categorias de análise relacionadas à infância, como, por exemplo, vinculadas ao lúdico, ao hedonismo, às prescrições de valores e normas, e às transgressões vividas pelas crianças. As categorias formuladas são importantes porque orientam o pensamento e as ideias e permitem compreender com mais facilidade a organização da infância e a forma como ela se manifesta. Como as crianças não agem sempre da mesma forma, as diferentes pesquisas tornam-se subsídios para a comparação e a reflexão sobre as ações desses indivíduos nos diversos contextos socioculturais. Sendo assim, a realização de pesquisas com crianças e sobre a infância mostra que o

empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 15).

As configurações analisadas são aportes fundamentais para refletir sobre a infância e entendê-la como uma categoria estrutural que se manifesta de diversos modos – em razão das diferenças entre os sexos, as classes sociais, as etnias e as raças, por exemplo –, embora haja dentro da variabilidade social uma uniformidade que configura essa geração. Nesse sentido, a pesquisa se abre para além do indivíduo e revela que é possível pesquisar a infância enquanto uma categoria que é parte da sociedade, uma categoria com atuação, por exemplo, na política, na econômica, na cultura e na social. Sendo assim, tanto a variabilidade como a uniformidade são aspectos que interessam conhecer para que se possam compreender a infância e as interações sociais que as crianças estabelecem na sociedade.

Considerações finais

A escola de educação infantil é um importante espaço de pesquisa para coletar dados e compreender as ações das crianças e os elementos que constituem a infância, pois ali as crianças interagem com seus pares, formam seus grupos e atuam em um espaço construído para elas. Além disso, um estudo que prioriza as ações das crianças e as relações e interações que elas estabelecem no seu espaço e tempo parte do pressuposto de que elas são atores sociais, o que acaba por refutar a concepção de atores secundários. Por um lado, não se pode esquecer que a escola tem uma função na sociedade, que tem regras e objetivos a cumprir e que, por conseguinte, o espaço educativo interfere nas interações e ações das crianças. Por outro lado, as pesquisas nesse espaço, construído para as crianças e constituído por elas, é um importante campo para reflexões, avaliações e reformulações sobre as relações entre indivíduos e a maneira de considerar as crianças e a infância na sociedade. É, portanto, a tarefa da sociologia de explicar o funcionamento desse mundo social que, à primeira vista, parece tão natural.

Abstract

In this paper we intend to analyze three interconnected questions: the institutionalization of childhood, the early childhood education as a childhood space and as a space for childhood, and the procedures adopted in sociological studies on children who participate in that institution. More precisely, the purpose of this paper is to show that childhood social studies, constructed in an institutional space organized for the children, allow to reveal the experiences of these children, the relationships they create with their peers and adults, and the place of childhood in contemporary society. This approach is not focused on the student or on the institution, but on children's interactions, relationships and actions as well as on the agency and participation of children in society.

Keywords: Childhood. Children. Early childhood education. Sociological research.

Referências

BARALDI, Claudio. Un bambino piange: L'educazione e la cultura dell'infanzia nella società contemporanea. **Rassegna Italiana di Sociologia**, Bologna, II, Ano XLII, n. 3, p. 453-483, lug./set. 2001.

BARALDI, Claudio. Forms of educations in infant schools. A sociological approach. In: INTERNATIONAL CONFERENCE CHILDHOOD AND CHILDREN'S CULTURE, 1997, Esbjerg, Denmark. **A collection of papers**. South Jutland University Centre and Odense University Denmark, 1997. p. 1-21.

BASTIDE, Roger. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. As "Trocinhas" do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. **Pro-posições**, Campinas, v.15, n. 43, p. 229-231, jan./abr. 2004.

BECCHI, Egle. New documents for at history of childhood. In: INTERNATIONAL CONFERENCE CHILDHOOD AND CHILDREN'S CULTURE, 1997, Esbjerg, Denmark. **A collection of papers**. South Jutland University Centre and Odense University Denmark, 1997. p. 1-7.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1986.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralidade e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORBA, Angela Meyer. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ampliação do ensino fundamental para nove anos**: 3º relatório do programa. Brasília: MEC, SEB, 2006.

CÂNDIDO, Antonio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice Men-
carini. **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Editora
Nacional, 1969.

CARVALHO, Marília Pinto de. Um lugar para o pesquisador na vida cotidiana da esco-
la. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia. **Itinerários de
pesquisa**: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A,
2003.

CODONHO, Camila Guedes. **Aprendendo entre pares**: a transmissão horizontal de
saberes entre as crianças indígenas Galibi-Marworno (Amapá, Brasil). 2007. Dissertação
(Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Floria-
nópolis.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. **Lua Nova**,
São Paulo, n. 41, p. 241-328, ago. 1997.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1. São Paulo: Summus, 1994b.

FERNANDES, Florestan. As “Trocinhas” do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico
e sociológico da cultura e dos grupos infantis. **Pro-posições**, Campinas, v. 15, n. 43, p.
231-250, jan./abr. 2004.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. **A gente gosta é de brincar com os outros meninos!** Relações sociais entre crianças num jardim de infância. Porto: Afrontamento, 2004.

FRIEDMANN, Adriana. História do percurso da sociologia e da antropologia na área da infância. **Revista Veras**, São Paulo, v. 1, n. 02, p. 214-235, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. História e educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 05-18, maio/ago. 2000.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediações, 1998.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LUZ, Iza Rodrigues. Contribuições da sociologia da infância à Educação Infantil. **Revista Paidéia**, Belo Horizonte, Ano V, n. 4, p. 11-40, maio 2008.

MÜLLER, Fernanda. **Retratos da infância na cidade de Porto Alegre**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. ; KLEIN, Sylvie Bonifácio. A interface entre a sociologia da infância e a educação infantil. In: SEMINÁRIO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIA, 3, 2012, Aracajú. **Anais...** Aracaju, 2012.

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. **Infância e Sociologia da Infância: entre a visibilidade e a voz**. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, CNPq, agosto, 2010.

O'BRIEN, Martin. Uma introdução à sociologia de Anthony Giddens. In: PIERSON, Christopher; GIDDENS, Anthony. **Conversas com Anthony Giddens**: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. **Educação & Sociedade. Campinas**, v. 25, n. 86, p. 221-241, abr. 2004.

QVORTRUP, Jens. The development of childhood: change and continuity in generation relations. In: KINNEY, David A.; BASS, Loretta E. (Ed.). **Structural, historical and comparative perspectives**: sociological studies of children and youth. Bingley: Emerald Group Publishing, v. 12, p. 1-26, 2009.

QVORTRUP, Jens. Macro análise da infância. In: CRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (Org.). **Investigação com crianças**: perspectivas e práticas. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005.

QVORTRUP, Jens. O trabalho escolar infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: CASTRO, Lúcia Rabello de (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.

ROCHA, Eloisa Candal. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 27-34, jan./abr. 2001.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Teorias de socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduos e sociedade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 711-724, dez. 2011.

SGRITTA, Giovanni B. Infanzia. In: **Estratto dal Volume IV della Enciclopedia delle Scienze Social**. Istituto della Enciclopedia Italiana. Fondata da Giovanni Treccani, 1994.

SIMMEL, Georg. **Cuestiones fundamentales de sociología**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

SIROTA, Régine. French childhood sociology: an unusual, minor topic or well-defined field? **Current Sociology**, London, v. 58, n. 2, p. 250-271, mar. 2010.

SIROTA, Régine. A indeterminação das fronteiras da idade. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2007.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

VANDENBROECK, Michel. Vamos discordar. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 13-22, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>.

WALLACE, Ruth A.; WOLF, Alison. **La teoria sociologica contemporanea**. Bologna: Il Mulino, 2008.